O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.13182637

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

ESCOPO DE PRÁTICAS FONOAUDIOLÓGICAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Yuri Matheus Neves Freire[1]

Rodrigo Oliveira da Fonsêca[2]

Rafael Rodolfo Tomaz de Lima[3]

Lavínia Mabel Viana Lopes[4]

Maurício Wiering Pinto Telles[5]

Resumo

Este estudo tem o objetivo de identificar as principais práticas fonoaudiológicas desenvolvidas no Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada em junho de 2023 a partir de consultas às bases de dados LILACS, MEDLINE/PubMed e SciELO, adotando o cruzamento dos descritores "fonoaudiologia", "Sistema Único de Saúde" e "saúde pública". Foram localizados 438 registros nas bases de dados consultadas, dos quais 11 artigos foram incluídos na síntese final. Os resultados abordaram que as práticas fonoaudiológicas concentram-se na Atenção Primária à Saúde, na atenção especializada e na gestão em saúde pública, por meio de atividades que remetem, de forma majoritária, ao modelo médico hegemônico de atenção à saúde em diferentes locais de atuação. Os elementos notados demonstram as fragilidades na formação de fonoaudiólogos e apontam a necessidade de esforços para ressignificar o escopo de atividades que vem constituindo as práticas fonoaudiológicas no Sistema Único de Saúde nos últimos anos.

Palavras-chave: Fonoaudiologia; Revisão; Saúde Pública; Sistema Único de Saúde.

Abstract

This study aims to identify hemain speech, language and hearing therapy practices developed in the Unified Health System (SUS). This is an integrative review of the literature carried out in June 2023 based on consultations in the LILACS, MEDLINE/PubMed and SciELO databases, adopting the crossing of the descriptors "fonoaudiologia", "Sistema Único de Saúde" and "saúde pública". 438 records were located in the data bases consulted, of which 11 articles were included in the final synthesis. The results showed that speech, language and hearing therapy practices are concentrated in Primary Health Care, specialized care and public health management, through activities that refer, in a majority way, to the hegemonic medical model of healthcare in different places of practice The elements noted demonstrate weaknesses in the training of speech, language and hearing therapists and point to the need for effort store frame the scope of activities that have constituted speech, language and hearing therapy practices in the SUS in recent years.

Keywords: Public Health; Review; Speech, Language and Hearing Sciences; Unified Health System.

[1] Residente em Atenção Básica pela Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa (PB). E-mail: yuri.matheus.017@ufrn.edu.br

[2] Mestre em Fonoaudiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: rodrigojpfonseca@hotmail.com

[3] Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: limarrt@gmail.com

[4] Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Saúde Coletiva. E-mail: laviniavianna@outlook.com

[5] Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Saúde Coletiva. E-mail:mauricio.wiering@ufrn.br

INTRODUÇÃO

A Fonoaudiologia, profissão regulamentada há pouco mais de 40 anos no Brasil, tem como uma de suas principais finalidades o cuidado à saúde da comunicação humana. Nos últimos anos, houve importante inserção e crescimento da oferta desse serviço em todos os níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de políticas e programas que visam ampliar o acesso às ações fonoaudiológicas e a integralidade do cuidado.

Considerando as dimensões continentais do Brasil, no entanto, existem profundas e diversas desigualdades sociais que dificultam o acesso da população mais vulnerável ao SUS – e à Fonoaudiologia – e a efetivação do direito universal à saúde. Além disso, ainda são incipientes as produções científicas que possam subsidiar a prática fonoaudiológica no SUS. Diante dessa realidade, as ações e serviços são de fundamental importância para que o acesso à saúde seja garantido, direcionando o cuidado não apenas a problemas específicos, mas ao enfrentamento das iniquidades em saúde a partir de um conceito amplo sobre o processo de adoecimento.

Desse modo, compreendemos que se faz importante conhecer como a Fonoaudiologia tem desenvolvido seu trabalho nos diferentes níveis de atenção à saúde do SUS e quais as principais práticas têm sido adotadas, ampliando as reflexões sobre o processo de trabalho em saúde e a realidade que se apresenta. Assim, este artigo tem por objetivo identificar as principais práticas fonoaudiológicas desenvolvidas no SUS, a partir de uma revisão integrativa da literatura. Para tanto, o texto está organizado nas seguintes seções: (1) introdução, com um breve relato e apresentação da pesquisa desenvolvida; (2) revisão de literatura, onde apontamos dados da literatura acerca da temática do trabalho, buscando refletir sobre a inserção da Fonoaudiologia no SUS e os principais desafios que se apresentam no processo de trabalho; (3) metodologia, onde descrevemos o itinerário da pesquisa e o fluxograma da revisão integrativa, além do protocolo de revisão utilizado; (4) resultados e discussões, que serão apresentados separadamente. Nessa seção, serão contemplados os dados encontrados a partir da revisão integrativa realizada e suas relações com a literatura científica disponível; (5) considerações finais, apresentando os principais pontos dos resultados dessa revisão integrativa, além de pontuações e reflexões do corpo de autores.

A FONOAUDIOLOGIA NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS

Este tópico tem por objetivo realizar um breve resgate histórico e atual da inserção da Fonoaudiologia na saúde pública brasileira e alguns dos desafios que se apresentam para o seu processo de trabalho.

A Fonoaudiologia foi regulamentada no Brasil por meio da Lei Nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Ao longo desses 40 anos, a profissão encontrou seu espaço e ampliou seu escopo de ações. Inserida nas Redes de Atenção à Saúde do SUS, desempenha um trabalho desde a promoção e proteção da saúde da comunicação humana, até as ações de reabilitação em sujeitos individuais e coletivos. Estudos indicam que sua prática pode contribuir significativamente para a qualidade de vida de indivíduos com distúrbios de comunicação e deglutição, melhorando a sua inserção social e autonomia (GUCKERT; SOUZA; ARAKAWA-BELAUNDE, 2020).

Historicamente, a evolução das políticas públicas de saúde acompanhou os aspectos políticos, sociais e econômicos do Brasil (KUCHARSKI *et al*., 2022). Houve, no país, a ampliação da distribuição de algumas categorias profissionais em todos os níveis de atenção do SUS, dentre as quais pode se destacar a Fonoaudiologia (SIXEL *et al*., 2024). No período de 1970 a 1980, a Fonoaudiologia iniciou suas atividades no sistema público, com enfoque nas atividades de reabilitação. Subsequentemente, após a implantação do SUS, os fonoaudiólogos passaram a ser inseridos na Atenção Primária à Saúde (APS), propondo ações a serem praticadas em conjunto com outras áreas, tais como pediatria, puericultura e àquelas voltadas à saúde do adolescente, da mulher, do trabalhador e do idoso (MOREIRA; MOTA, 2009).

Na década de 2000, o debate sobre a necessidade de reorientação do processo de formação e de práticas fonoaudiológicas no SUS tornou-se mais sólido (ARAÚJO *et al*., 2022). A ampliação dessa atuação foi permeada pelo incremento de políticas públicas e programas de saúde, tais como a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, o Plano Viver sem Limite, o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) (recentemente renomeados de Equipes Multiprofissionais – E-Multi), repercutindo diretamente na incorporação da Fonoaudiologia no SUS e na disponibilidade de cursos de formação profissional. Por outro lado, convém ressaltar que a oferta de fonoaudiólogos não é passível de legitimar a universalização do acesso à assistência no SUS (MIRANDA *et al*., 2015).

Destacam-se, ainda, avanços importantes nas políticas de saúde que tiveram protagonismo da atuação fonoaudiológica como, por exemplo, as políticas de saúde direcionadas à triagem neonatal, com ênfase na (1) Triagem Auditiva Neonatal (TAN), o "teste a orelhinha", em vigor desde 2010 (Lei nº 12.303/2010), contribuindo para o diagnóstico e intervenção precoces nos casos de perda auditiva em neonatos e na (2) Triagem para Avaliação do Frênulo da Língua em bebês, o "teste da linguinha", desde 2014 (Lei nº 13.002/2014), auxiliando na promoção ao aleitamento materno e prevenindo que possíveis alterações no frênulo lingual interfiram nas funções orofaciais.

No âmbito dos serviços de saúde, o fonoaudiólogo além de estar inserido nos serviços de APS por meio das E-Multi, também está nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros Especializados de Reabilitação (CER), policlínicas, maternidades e hospitais, por exemplo, potencializando o acesso da população a esse cuidado.

Nos últimos anos, a Fonoaudiologia tem sido responsável por uma parcela significativa de gastos em procedimentos ambulatoriais no SUS, com indicadores de crescimento nos atendimentos e custos, o que pode estar diretamente relacionado às políticas de saúde que inserem e fortalecem o trabalho desses profissionais no país. Nota-se, no entanto, uma assimetria na distribuição dos montantes, sendo a Região Sudeste do país a que retém uma parcela maior e a Região Norte a que retém uma parcela menor dos recursos financeiros públicos (SANTOS *et al*., 2021).

Recentemente, com a pandemia da Covid-19, que atingiu mundialmente diferentes realidades, a Fonoaudiologia produziu subsídios para sua prática no que diz respeito ao cuidado à sujeitos com questões relacionadas à saúde da comunicação humana (CHADD; MOYSE; ENDERBY, 2021) e a construção de recomendações para auxiliar a prática clínica fonoaudiológica frente às alterações advindas do coronavírus (NAMASIVAYAM-MACDONALD; RIQUELME, 2020).

Embora avanços importantes sejam observados durante os 40 anos que regulamentam a profissão, ainda existem desafios a serem considerados, os quais impactam no trabalho e na educação na Fonoaudiologia e na garantia do direito à saúde. As práticas desenvolvidas pelos fonoaudiólogos, para serem efetivas, dependem diretamente da capacidade dos profissionais de atuarem de forma integrada e em consonância com as diretrizes do SUS, promovendo um cuidado centrado no paciente e alinhado às reais necessidades da comunidade.

A atuação dos fonoaudiólogos no SUS enfrenta entraves relacionados à escassez de profissionais em regiões remotas e a insuficiência de recursos materiais e tecnológicos. A concentração desses profissionais nas grandes cidades e a ausência deles em áreas rurais e periferias urbanas refletem uma distribuição desigual que compromete a universalidade e a equidade dos serviços de saúde (VIÉGAS *et al*., 2018; SILVA *et al*., 2021). Além disso, a carência de equipamentos adequados e de infraestrutura em muitas unidades de saúde limita a eficácia das intervenções fonoaudiológicas, dificultando a oferta de um atendimento de qualidade e abrangente. A própria realização "teste da orelhinha", citado anteriormente, por exemplo, sofre influência devido a baixa oferta de profissionais e a manutenção de equipamentos e acessórios necessários a realização da avaliação (VERNIER *et al*., 2022).

Essas reflexões são fundamentais quando pensamos o contexto brasileiro. Além das barreiras de acesso físico e geográfico, a população brasileira enfrenta desafios significativos relacionados à qualidade dos serviços de saúde oferecidos. A iniquidade na distribuição de recursos e profissionais de

saúde, bem como a falta de infraestrutura adequada, perpetua um ciclo de exclusão e marginalização das populações mais vulneráveis. De acordo com Santos, Manzano e Krein (2021), a má distribuição de profissionais de saúde e a carência de especialidades em determinadas regiões agravam ainda mais a situação, comprometendo a efetividade das ações de saúde pública e a universalidade do SUS.

Paralelamente, sabe-se que a tendência à inserção de profissionais no setor privado comparada ao setor público é sinalizada em diferentes ocupações, inclusive projetada para a Fonoaudiologia (MELO; MIRANDA, 2022). Atrelado a isso, cabe acrescer que o conhecimento sobre a atuação fonoaudiológica no SUS é restrito na ótica de gestores e de outros profissionais de saúde, limitando a percepção sobre as práticas fonoaudiológicas e demandando, em face dessa perspectiva, a divulgação das ações realizadas por estes profissionais (CABRERA; ELIASSEN; ARAKAWA-BELAUNDE, 2018).

Destaca-se, ainda, que a conjuntura política brasileira que compreende desde o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff em 2016 até os dias atuais, trouxe desmontes importantes para o SUS, impactando diretamente a Fonoaudiologia, sobretudo nos processos de trabalho desenvolvidos na APS (TELLES; LOPES, 2023).

Considerando-se o cenário enfatizado, é salutar a compreensão advinda de estudos que retratem como as práticas fonoaudiológicas caracterizam-se no SUS, com vistas a revisitar as atividades existentes e delinear novos caminhos, minimizando, assim, as marcantes discrepâncias que ainda atravancam a assistência fonoaudiológica na saúde pública brasileira (SILVA *et al*., 2021). A necessidade desse conhecimento tornou-se ainda mais contundente nos últimos anos, dado o elenco de medidas que fragilizaram ações e serviços no SUS (SOUZA *et al*., 2019; PIMENTEL *et al*., 2021; TELLES; LOPES, 2023). A instituição do SUS proporcionou um conjunto de avanços para a saúde da população brasileira e – apesar dos desafios inerentes que o atravessam ao longo dos anos, como ressaltam Paim (2018) e Souza *et al*., (2019) – o SUS tem expandido, desde sua criação, a oferta de ações e serviços de saúde, favorecendo, substancialmente, o acesso dos usuários aos cuidados necessários, principalmente no âmbito APS (VIACAVA *et al*., 2018).

As iniciativas para qualificar a atenção à saúde no sistema de saúde brasileiro, mais especificamente as práticas fonoaudiológicas, podem ser impulsionadas por pesquisas acadêmicas desenvolvidas no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), considerando que nos últimos anos as pesquisas desenvolvidas nas universidades públicas têm subsidiado a formulação de novas políticas (FREITAS; SOUZA, 2018). Por fim, é também necessário transformar e reorientar o modelo de educação na saúde predominante no Brasil, o qual é caracterizado pelo ensino uniprofissional, pouca interação entre as instituições de educação e de saúde, e processos formativos desarticulados com as necessidades da população. A integração entre ensino, pesquisa e extensão nas IES proporciona uma

formação mais alinhada às necessidades do SUS e às demandas sociais. Essa abordagem integrada pode fomentar uma prática profissional mais crítica e reflexiva, capaz de promover inovações e melhorias contínuas no sistema de saúde. Ademais, a articulação entre as IES e as políticas públicas de saúde pode fortalecer a implementação de práticas fonoaudiológicas mais eficientes e equitativas, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e a promoção do direito universal à saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (RIL), cujo delineamento metodológico visa favorecer a síntese de conhecimentos e a incorporação da aplicabilidade dos resultados de estudos na prática, propiciando uma compreensão mais abrangente de um determinado fenômeno (WHITTEMORE; KNAFL, 2005; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A presente revisão seguiu as diretrizes estabelecidas pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), desenvolvido, inicialmente, para lidar com relatos incompletos de revisões sistemáticas e ajudar pesquisadores a relatar de forma transparente a razão do estudo ter sido feito, os métodos empregados e o que os autores encontraram. A versão mais atual do PRISMA foi publicada em 2020 (PAGE *et al.,* 2022).

Em sua extensão para revisão de escopo (PRISMA – ScR), há um *checklist* contendo 20 itens essenciais e dois opcionais para se construir este tipo de revisão (TRICCO *et al.,* 2018) e, baseando-se nisso, foram operacionalizadas seis etapas a serem seguidas para elaboração deste estudo: (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) definição dos descritores e busca na literatura; (3) coleta de dados e síntese das variáveis; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) interpretação dos resultados; e (6) apresentação da revisão integrativa.

Conforme recomendação do *checklist,* elaborou-se um protocolo de revisão para posterior produção do artigo, contendo as seguintes informações: assunto e tema; título; objetivo; questão de pesquisa; descritores; critérios de inclusão e exclusão; fonte de dados; extração e apresentação dos resultados; e quadros utilizados. O protocolo é de acesso restrito aos autores.

A fim de identificar duplicidade e manter a originalidade desta revisão, realizou-se, de maneira preliminar, a busca do título nas plataformas *International Prospective Register of Systematic Reviews (PROSPERO), Open Science Framework (OSF), The Cochrane Library, JBI Clinical Online Network of Evidence for Careand Therapeutics (COnNECT+) e Database of Abstracts of Reviews of Effects (DARE)*, em que não foram encontrados estudos similares.

Na elaboração da pergunta norteadora, utilizou-se o mnemônico PECO (População, Exposição, Comparador e *Outcome*), sendo P=profissionais de Fonoaudiologia; E= não aplicável; C= não aplicável; e O= práticas fonoaudiológicas no SUS. A partir disso, o estudo foi guiado pela seguinte questão: "Quais atividades vêm constituindo o escopo de práticas fonoaudiológicas no SUS nos últimos anos?".

Para a localização dos estudos, foram empregados descritores indexados no *site* Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), a saber: "fonoaudiologia", "Sistema Único de Saúde" e "saúde pública". Os cruzamentos foram realizados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, a fim de identificar estudos condizentes com os elementos do PECO nas bases de dados, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Descritores utilizados para as buscas nas bases de dados

PECO	DeCS
População	Fonoaudiologia
	AND
Exposição	-
Comparador	-
	AND
Outcome	Sistema Único de Saúde *AND/OR* Saúde Pública

Fonte: Elaboração própria.

As buscas foram realizadas por meio de consultas nos acervos das seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical LiteratureAnalysisandRetrieval System Online* (MEDLINE/PubMed) e *ScientificElectronic Library Online* (SciELO). As sintaxes das buscas foram elaboradas de acordo com as especificidades de cada base (Quadro 2).

Quadro 2 – Sintaxes das buscas utilizadas conforme as bases de dados consultadas. Natal, Brasil, 2023

Base de dados	Sintaxes das buscas nas bases de dados
LILACS	((Fonoaudiologia) AND (Sistema Único de Saúde)) OR ((Fonoaudiologia) AND (Saúde Pública))
MEDLINE/PubMed	((Fonoaudiologia) AND (Sistema Único de Saúde)) OR ((Fonoaudiologia) AND (Saúde Pública))
SciELO	((Fonoaudiologia) AND (Sistema Único de Saúde)) OR ((Fonoaudiologia) AND (Saúde Pública))

Fonte: Elaboração própria.

A consulta às bases de dados deu-se por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por intermédio do acesso remoto ao conteúdo da Comunidade Acadêmica Federada (CAFE) e pelo sítio eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), plataforma operacional de cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para gestão da informação e conhecimento em saúde.

Como critérios de elegibilidade, adotou-se para composição desta revisão os trabalhos correlacionados à questão de pesquisa, com conteúdo disponível na íntegra, publicados a partir de 2018 e no idioma português. Foram considerados inelegíveis os artigos de opinião, revisões de literatura, editoriais, cartas ao editor e publicações repetidas. Na triagem, foi realizada pelo pesquisador principal a leitura do título e resumos dos artigos. Quando identificado o cumprimento dos critérios de elegibilidade, o pesquisador realizava a leitura do artigo na íntegra, para ser efetuada a extração das informações.

No *software Microsoft Excel*, foi criada uma matriz para armazenagem e classificação dos estudos coletados, extraindo-se as seguintes informações: autores, ano de publicação e base de dados; tipo de estudo; objetivos do estudo; nível de atenção à saúde; e classificação do trabalho desempenhado pela fonoaudiologia. A análise dos dados foi efetuada de forma descritiva. O processo de mapeamento dos dados foi realizado em junho de 2023 por um pesquisador independente. Um segundo pesquisador foi consultado para casos de dúvidas quanto a elegibilidade de estudos.

RESULTADOS

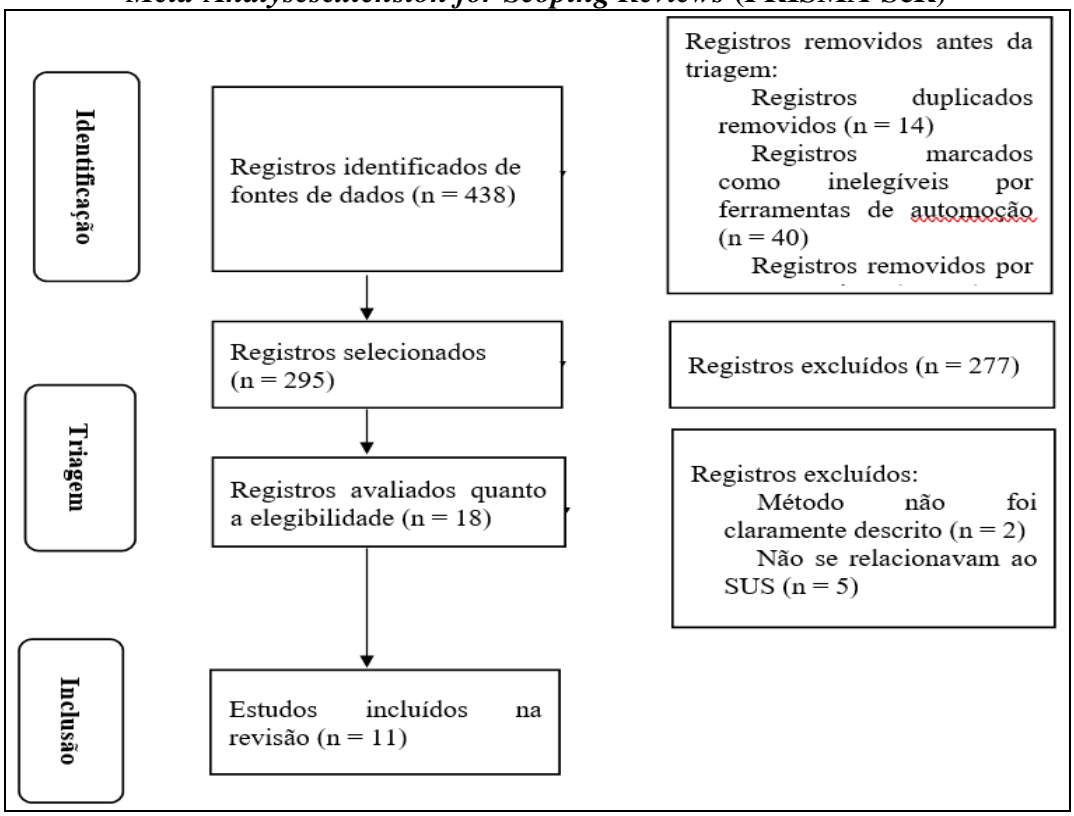
Foram identificados 438 registros nas bases de dados consultadas, dos quais 295 foram encaminhados para triagem, sendo 84 derivados da LILACS, 71 da MEDLINE/PubMed e 140 da SciELO. Durante o processo de elegibilidade, 36 publicações permaneceram após aplicação dos critérios estabelecidos e, na etapa seguinte, 18 publicações foram consideradas. Por conseguinte, 11 publicações atenderam aos critérios de inclusão adotados, das quais nove derivaram da LILACS e duas da SciELO (Figura 1).

A maioria dos artigos foi veiculada no ano de 2020 (36,3%), com quatro publicações, seguida pelo ano de 2022 (27,3%), que apresentou três trabalhos. Os demais anos que constaram no estudo registraram apenas um artigo cada: 2018 (9,1%), 2019 (9,1%), 2021 (9,1%) e 2023 (9,1%).

Quanto aos locais de trabalho, os estudos apontaram que os profissionais estavam inseridos em localidades que operam na APS, na atenção especializada e na gestão em saúde pública, a saber: hospital, Centro Especializado em Reabilitação (CER), clínica-escola, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Centro de Atenção à Saúde do Trabalhador, Centro de Convivência e Cultura (CECCO), Unidade Básica de Saúde (UBS) e ação territorial, Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi), policlínica, Centro de Referência em Saúde do Idoso, Coordenadoria Regional de Saúde, Departamento de Regulação Estadual, Departamento de Ações em Saúde, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Ouvidoria do SUS e Departamento de Assistência Hospitalar e

Ambulatorial. Ademais, os fonoaudiólogos também estavam lotados no NASF-AB, que envolve diversas atividades e locais de trabalho.

Figura 1 – Fluxograma de busca adaptado do *PreferredReportingItems for Systematic reviews and Meta-Analysesextension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR)



Fonte: Elaboração própria.

Com relação às práticas efetuadas, um estudo, que abordou a experiência de fonoaudiólogos em um hospital universitário da região Sul, destacou que os fonoaudiólogos atuavam principalmente na reabilitação de possíveis seqüelas provocadas por patologias crônico-degenerativas, no sentido de acompanhar os pacientes a partir da avaliação no leito até a alta hospitalar, envolvendo, principalmente, as áreas de linguagem, Motricidade Orofacial (MO) e Disfagia Orofaríngea (DO). Além do mais, de forma multiprofissional, estes profissionais, junto à observação dos pacientes, forneciam orientações para o posicionamento do paciente no leito durante a oferta da alimentação e o controle de velocidade (MENEZES; BASTILHA,2023).

Em outros dois estudos, relatou-se que fonoaudiólogos inseridos no CER possuíam uma prática centrada no atendimento terapêutico, visando à reabilitação de adultos e idosos com doenças de base associadas com alterações de linguagem e DO (CASTRO *et al.*, 2020; MENEZES; BASTILHA, 2023). Similarmente, em estudo que abordou a atuação fonoaudiológica em uma clínica-escola vinculada ao

SUS, referiu a predominância do atendimento terapêutico, com maior envolvimento das áreas de linguagem e MO (FARIAS *et al*., 2020). No contexto do CAPSi, estudiosos concluíram que estes profissionais desempenhavam atendimentos individuais em saúde mental, atendimentos em grupo, avaliação e atendimento terapêutico nas áreas da linguagem e MO, atendimentos compartilhados, encaminhamento para outras especialidades, dentre outras atividades (CHIODETTO; MALDONADE, 2018).

Quadro 3 – Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa

Autores / Ano/ Base de dados	Tipo de estudo	Nível de atenção à saúde	Objetivos
Chiodetto e Maldonade/ 2018/ LILACS	Estudo transversal	APS / Atenção especializada	Conhecer e caracterizar o trabalho realizado e os desafios encontrados na atuação dos fonoaudiólogos inseridos na rede de saúde de um município de grande porte do interior paulista.
Silva *et al*./ 2019 / LILACS	Estudo transversal	APS	Caracterizar a atuação fonoaudiológica no NASF do município de Santa Rita – PB.
Guckert, Souza e Arakawa-Belaunde / 2020 / LILACS	Estudo transversal	APS	Analisar a percepção dos profissionais que compõem os NASF de uma capital da região sul do País, sobre a atuação do fonoaudiólogo na atenção básica.
Castro *et al*./ 2020 / LILACS	Estudo de caso	Atenção especializada	Identificar em qual modelo de atenção à saúde se baseiam as práticas dos fonoaudiólogos de um serviço da atenção especializada da rede SUS no Rio Grande do Norte.
Silva, Barbosa e Bonini-Trenche / 2020 / LILACS	Estudo descritivo	APS	Conhecer as trajetórias e singularidades de fonoaudiólogos que trabalhavam em Centros de Convivência e Cooperativa(CECCO) em São Paulo e a partir de seus relatos tecer reflexões que possam contribuir para a formação profissional.
Farias *et al*./ 2020 / SciELO	Estudo transversal	Atenção especializada	Caracterizar o perfil dos atendimentos realizados numa Clínica Escola de Fonoaudiologia conveniada à rede SUS, no ano de 2016.
Lima, Garcia e Amaral / 2021 / LILACS	e-Delphi	APS	Identificar as atividades profissionais do fonoaudiólogo na APS no Brasil.
Torbes *et al*./ 2022 / LILACS	Estudo transversal	Gestão em saúde pública	Documentar a atuação do fonoaudiólogo na gestão em saúde pública em um estado da região Sul do Brasil, apresentando o perfil dos profissionais e suas atribuições nos setores em que atuam.
Martins, Silva e Sousa/ 2022/ LILACS	Estudo de caso	APS	Caracterizar a atuação de profissionais fonoaudiólogos na saúde vocal de professores, no âmbito da APS, em um município do Nordeste do Brasil.
Pereira *et al*./ 2022/ SciELO	Estudo transversal	Atenção especializada	Descrever as atividades desenvolvidas por fonoaudiólogos nos Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), de acordo com assistência prestada e fatores associados aos distúrbios vocais.
Menezes e Bastilha /2023/ LILACS	Relato de experiência	Atenção especializada	Apresentar a experiência profissional de um fonoaudiólogo em um Programa de Residência inserido em equipe multiprofissional em um Hospital Universitário e nas políticas de saúde das doenças crônicas de um município de interior do estado.

Fonte: Elaboração própria.

Na área de gestão em saúde pública, uma das pesquisas destacou atividades de regulação, coordenação, políticas públicas, intersetorialidade, planejamento e monitoramento, educação em saúde e residência em saúde (TORBES; SANTOS; TURRA, 2022). No âmbito da saúde do trabalhador, dois estudos incluídos indicaram que a prática fonoaudiológica no CEREST estava mais atrelada às áreas de voz e audiologia, incluindo diversas ações, como palestras, ações de prevenção e promoção à saúde nos locais de trabalho, atuação nas vigilâncias epidemiológica e sanitária, investigação dos registros de acidente de trabalho, realização de grupos terapêuticos voltados ao adoecimento laboral, avaliação audiológica e atendimentos junto às alterações vocais e às queixas de zumbido (CHIODETTO; MALDONADE, 2018; PEREIRA *et al*., 2022).

No NASF-AB, as práticas demonstraram-se diversificadas. Três estudos identificaram ações no PSE, visita domiciliar, orientação e atendimento individual e estratégias para promoção e prevenção à saúde vocal de professores. As maiores demandas no atendimento individual incluíram as áreas de linguagem, DO e MO. Os estudos envolveram as seguintes atividades: orientação técnica, apoio matricial, educação permanente, educação em saúde, ações de promoção e prevenção, sala de espera, atividades em grupos terapêuticos/grupos operativos, ações intersetoriais, articulação de rede, campanhas, ações de vigilância em saúde do trabalhador e participação em reuniões de equipe (SILVA *et al*., 2019; GUCKERT; SOUZA; ARAKAWA-BELAUNDE, 2020; MARTINS; SILVA; SOUSA, 2022).

A fonoaudiologia também se fez presente nos CECCOs, que possuem diferentes denominações, como Centro de Convivência e Arte, e Centro de Convivência e Cooperativa, e compõe a Rede de Atenção Psicossocial, dispondo de serviços apoiados em dinâmicas baseadas no campo cultural e em práticas interdisciplinares e não exclusivas na área da saúde, favorecendo uma postura menos associada à abordagem centrada em patologias e reabilitação. Dentre as atividades desenvolvidas por fonoaudiólogos, foram notadas oficinas com temáticas variadas, como a oficina da Medicina Tradicional Chinesa, além de projetos terapêuticos que envolveram atividades para trabalhar memória e expressão corporal, utilizando recursos como a dança, canto e oficinas temáticas (SILVA; BARBOSA; BONINI-TRENCHE, 2020).

A síntese dos locais de trabalho e das práticas fonoaudiológicas supracitadas, sob focos de atuação, foi disposta no Quadro 4, a qual está apresenta na página seguinte.

Quadro 4 – Locais de atuação da fonoaudiologia e tipos de atividade e/ou foco de atuação

Locais de atuação	Tipo de atividade desenvolvida e/ou foco de atuação
Hospital	Reabilitação, com destaque para as áreas de linguagem, MO e DO; atuação multiprofissional na observação de pacientes; orientação a outros profissionais.
CER	Atendimento terapêutico com ênfase em alterações de linguagem e DO.
Clínica-escola	Atendimento terapêutico com ênfase em alterações de linguagem, MO e voz.
CEREST e Centro de Atenção à Saúde do Trabalhador	Palestras, orientações, visitas aos locais de trabalho e inspeção de ambientes de trabalho; atuação nas vigilâncias epidemiológica e sanitária; investigação de registros de acidente de trabalho; realização de grupos terapêuticos, abordando aspectos do adoecimento relacionados ao trabalho; avaliação audiológica; e atendimento de alterações vocais e queixas de zumbido.
CECCO e CAPSi (Rede de Apoio Psicossocial)	Oficinas temáticas e projetos terapêuticos para memória e expressão corporal.
APS	Orientação técnica; apoio matricial; educação permanente; educação em saúde para os comunitários; ações de promoção e prevenção; sala de espera; atividades em grupos terapêuticos/grupos operativos; ações intersetoriais; articulação de rede; campanhas; ações de vigilância em saúde do trabalhador; e participação em reuniões de equipe.
Policlínica	Atividades de matriciamento; participação em reunião da rede; avaliação de pacientes em fila de espera; atendimento compartilhado; participação em reunião de equipe em unidades básicas; planejamento, orientações e grupos.
Gestão em saúde pública: Coordenadoria Regional de Saúde, Departamento de Regulação Estadual, Departamento de Ações em Saúde, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Ouvidoria do SUS e Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Regulação; coordenação; políticas públicas; intersetorialidade; planejamento e monitoramento; educação em saúde; e residência em saúde.

Fonte: Elaboração própria.

DISCUSSÃO

A partir dos elementos evidenciados, observou-se que as práticas fonoaudiológicas no SUS ainda reportam a um cenário marcante de atividades assistenciais, que, nos últimos anos, vem encorpando a atuação dos fonoaudiólogos. A despeito disso, há que se reconhecer uma abertura para outras trajetórias, indo ao encontro da evolução do acesso à fonoaudiologia no SUS, que passou a demonstrar maior inserção e oferta de profissionais.

É de conhecimento que, nos primórdios da atuação fonoaudiológica no serviço público, os profissionais já ofereciam, de maneira intensa, ações de reabilitação, fato que ocorreu, principalmente, em razão da formação com enfoque assistencial. Este cenário expõe a fragilidade na formação para o SUS, especialmente no contexto da APS, e colabora para que os fonoaudiólogos não apresentem comprometimento em serviços sob diferentes práticas do SUS e baixa adesão nesse campo de trabalho (TELLES; NORO, 2021). Adicionalmente, a falta de conhecimentos sobre o SUS e suas possibilidades

de atuação e a existência de demandas reprimidas de atendimentos acarretam dificuldades para a introdução de fonoaudiólogos nesse âmbito (LIPAY; ALMEIDA, 2007).

Partindo dessa lógica, a formação de fonoaudiólogos nas IES tem sofrido importantes mudanças ao longo do tempo, por meio da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que preconizam o desenvolvimento de competências na esfera da Saúde Coletiva, tornando os profissionais mais capacitados para atuarem no SUS ao embasá-los em uma formação generalista e humanista (SANTOS; ALVES NETO; LIMA, 2022). Contudo, mesmo em meio a importantes medidas, uma grande margem de progresso ainda deve ser cumprida.

Apesar da fonoaudiologia ter se engajado mais em práticas coletivas e avançado na produção científica com a realização de pesquisas, como percebido nos estudos incluídos nesta revisão integrativa, é evidente a necessidade de que todo esse trabalho provoque a conscientização de que os campos de atuação dos fonoaudiólogos têm função essencial na vida dos usuários. Tal reflexão deve partir, antes de tudo, dos próprios profissionais, de modo a fomentar o desenvolvimento da fonoaudiologia enquanto campo profissional e, especialmente, como área da saúde, favorecendo a qualidade da saúde e dos seus serviços em todo o Brasil (PENTEADO; SERVILHA, 2004).

Neste sentido, as iniciativas públicas possuem grande potencial para estimular a atuação fonoaudiológica no SUS, como a criação do NASF-AB, considerado um marco na história da fonoaudiologia, ao ampliar a inserção de fonoaudiólogos na APS, valorizando o papel e o reconhecimento da fonoaudiologia no SUS. Ainda assim, a evolução da oferta de fonoaudiólogos no SUS, mais acentuada em locais com menor desenvolvimento humano e maior concentração de renda (SILVA *et al*., 2021), demonstra que as disparidades regionais interferem nas políticas públicas e na aplicação dos recursos públicos, configurando uma barreira para os princípios de integralidade e universalidade do SUS e o aumento da oferta de novos profissionais em regiões de menor favorecimento socioeconômico (RECH *et al*., 2019).Além disso, ressalta-se que o desmonte sofrido nos últimos anos por espaços como o NASF-AB e a APS por meio da Emenda Constitucional 95, as mudanças na Política Nacional de Atenção Básica e o Programa Previne Brasil também têm impactado negativamente no trabalho e no acesso ao cuidado fonoaudiológico no âmbito do SUS (TELLES; LOPES, 2023).

A atuação fonoaudiológica na APS, assim como na atenção especializada, foi contemplada na maioria dos estudos inseridos nesta revisão integrativa (CHIODETTO; MALDONADE, 2018; SILVA *et al*., 2019; GUCKERT; SOUSA; ARAKAWA-BELAUNDE, 2020; CASTRO *et al*., 2020; SILVA; BARBOSA; BONINI-TRENCHE, 2020; FARIAS *et al*., 2020; LIMA; GARCIA; AMARAL, 2021; MARTINS; SILVA; SOUSA, 2022; PEREIRA *et al*., 2022; MENEZES *et al*.,2023). Foi perceptível a ocorrência de práticas comuns ao campo fonoaudiológico, como ações específicas da área e

atendimentos individuais e coletivos, e ao campo comum a todos os profissionais de saúde, como atendimentos compartilhados e ações de vigilância em saúde (LIMA; GARCIA; AMARAL, 2021).

Vale salientar que apenas um estudo abordou a atuação fonoaudiológica na área de gestão em saúde pública, a qual é essencial para desenvolver ações no SUS, melhorar a qualidade de vida da população, colaborar com a redução de custos operacionais e prover uma melhor organização dos recursos e serviços. Logo, entende-se que a maior presença de fonoaudiólogos nessa área poderia contribuir para a qualidade na oferta da atenção à saúde da comunicação humana no SUS. Entretanto, a incipiência de estudos, a baixa adesão de fonoaudiólogos e as fragilidades na formação desses profissionais despontam como lacunas importantes para uma atuação mais efetiva (TORBES; SANTOS; TURRA, 2022).

Em meio às publicações incluídas, cabe realçar a caracterização dos atendimentos fonoaudiológicos, que tendem a seguir o modelo médico hegemônico de atenção à saúde. No Brasil, são considerados dois modelos hegemônicos de atenção à saúde: o modelo médico-assistencial hospitalocêntrico privatista e o modelo sanitarista. Este último busca atender às necessidades da população por meio de campanhas ou programas (PAIM, 2012).

À vista desse entendimento, foram identificados, principalmente nos estudos categorizados como "atenção especializada", a prevalência de ações pautadas no modelo médico-assistencial hospitalocêntrico privatista (CHIODETTO; MALDONADE, 2018; CASTRO *et al*., 2020; FARIAS *et al*., 2020; PEREIRA *et al*., 2022; MENEZES; BASTILHA, 2023), que pressupõe centralidade na clínica, privilégio da assistência médica individual e curativa, medicalização dos problemas e estímulo ao consumismo médico. Tal abordagem, nas clínicas e hospitais, envolve a livre procura dos serviços, provocando a falta de atendimento das pessoas ou grupos populacionais que não estão atentos à existência dos problemas de saúde, riscos ou simplesmente não foram alcançadas por ações de promoção à saúde (PAIM, 2012).

O atendimento fonoaudiológico, por sua vez, pode ser fortalecido pelo modelo médico hegemônico na cultura populacional, pelo baixo, ainda que crescente, número de ações fonoaudiológicas de prevenção e promoção à saúde, que, para além dos entraves na formação, reforçam a restrita disseminação desses profissionais na esfera da APS. Isso posto, os atendimentos em hospitais, clínicas, centros de reabilitação e nos CEREST se mostram focados na atuação clínica sob as questões fonoaudiológicas, enfraquecendo a APS e o princípio de integralidade do SUS (PEREIRA *et al*., 2022).

Importa enfocar, também, que outro aspecto consiste na falta de articulação interprofissional entre fonoaudiólogos e demais profissionais desses locais. O trabalho interprofissional, fundamental para o desenvolvimento de profissionais habilitados na atuação em equipe, é primordial nos serviços do

SUS, uma vez que promove a troca de saberes e experiências, possibilitando diálogos e parcerias na realização de ações e projetos (BATISTA, 2012).

Por fim, os resultados apresentados nesta revisão integrativa devem ser examinados à luz de limitações, que envolvem o risco de vieses dos estudos incluídos e o recorte temporal utilizado, trazendo à tona uma compreensão de práticas fonoaudiológicas que se sucederam mais recentemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais achados deste estudo, a fragilidade na formação dos fonoaudiólogos pode ser notável, tendo em vista as lacunas e as características das atividades delineadas. Este contexto indica que a fonoaudiologia reproduz uma formação à luz de parâmetros do modelo médico hospitalocêntrico privatista de atenção à saúde, que reverberam na qualidade dos atendimentos prestados, na baixa adesão de fonoaudiólogos na área e nas dificuldades de inserção nas equipes de saúde.

Apesar dos avanços relacionados à formação em saúde coletiva propostas pelas DCN, ainda são necessários maiores esforços para que a fonoaudiologia alcance patamares satisfatórios nesse âmbito.

Os estudos averiguados elencam que as práticas fonoaudiológicas no SUS concebem-se na APS, na atenção especializada e na gestão em saúde pública. Nesta última, notavelmente, há incipiência de estudos e baixa adesão de profissionais, expondo a vulnerabilidade na formação desses profissionais em áreas que poderiam contribuir com o desenvolvimento da fonoaudiologia. Há menção, também, às atividades desenvolvidas tanto na atuação hospitalar de alta complexidade, como na atenção especializada, mais especificamente, na atuação clínica e em centros de reabilitação.

Compreende-se, portanto, que a fonoaudiologia, para atender aos princípios do SUS, deve ressignificar o escopo de atividades que vem desempenhando nos últimos anos, a ponto que possa, efetivamente, impulsionar suas práticas nesse espaço. Para tanto, a realização de estudos futuros na área se mostra pertinente, visando o fortalecimento da atuação fonoaudiológica no SUS.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. V. R. *et al*. “Contribuciones de la salud colectiva brasileña a la reorientación de la formación y la práctica de la fonoaudiología”. **Revista Chilena de Fonoaudiología**, vol. 21, n. 2, 2022.

BATISTA, N. A. “Educação interprofissional em saúde: concepções e práticas”. **Cadernos FNEPAS**, vol. 2, 2012.

CABRERA, M. F. B.; ELIASSEN, E. S.; ARAKAWA-BELAUNDE, A. M. “Fonoaudiologia e promoção da saúde: revisão integrativa”. **Revista Baiana de Saúde Pública**, vol. 42, n. 1, 2018.

CASTRO, E. G. P. *et al*. "Práticas de saúde de fonoaudiólogos na atenção especializada no Rio Grande do Norte". **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 32, n. 3, 2020.

CHADD, K.; MOYSE, K.; ENDERBY, P. "Impacto f COVID-19 onthe Speech and Language Therapy Professionand Their Patients". **Frontiers in Neurology**, vol. 12, 2021.

CHIODETTO, L. V. A. P.; MALDONADE, I. R. "Atuação do profissional e desafios da prática fonoaudiológica em rede de saúde pública municipal". **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 30, n. 4, 2018.

FARIAS, I. K. M. S. *et al*. "Caracterização dos atendimentos realizados numa Clínica Escola de Fonoaudiologia conveniada à rede Sistema Único de Saúde – SUS". **Revista CEFAC**, vol. 22, n. 1, 2020.

FREITAS, M. F. Q.; SOUZA, J. "Pensar a formação e a pesquisa na pós-graduação *stricto sensu*". **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, 2018.

GUCKERT, S. B.; SOUZA, C. R.; ARAKAWA-BELAUNDE, A. M. "Atuação fonoaudiológica na atenção básica na perspectiva de profissionais dos núcleos de apoio à saúde da família". **CoDAS**, vol. 32, n. 5, 2020.

KUCHARSKI, K. W. *et al*. "Políticas públicas de saúde no Brasil: uma trajetória do império à criação do SUS". **Revista Contexto & Educação**, vol. 37, n. 117, 2022.

LIMA, B. P. S.; GARCIA, V. L.; AMARAL, E. M. "Atividades profissionais do fonoaudiólogo na Atenção Primária à Saúde no Brasil: consenso de especialistas". **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 33, n. 4, 2021.

LIPAY, M. S.; ALMEIDA, E. C. "A fonoaudiologia e sua inserção na saúde pública". **Revista de Ciências Médicas**, vol. 16, n. 1, 2007.

MARTINS, W. S.; SILVA, J. M.; SOUSA, F. O. S. "Fonoaudiologia no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica: um estudo de caso sobre a caracterização da atuação na saúde vocal dos professores". **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 34, n. 2, 2022.

MELO, R. C.; MIRANDA, A. S. "Incremento decenal de estabelecimentos assistenciais no Brasil e vinculações com o Sistema Único de Saúde". **Saúde em Debate**, vol. 46, n. 133, 2024.

MENEZES, E. M.; BASTILHA, G. R. "Atuação fonoaudiológica em equipe multiprofissional hospitalar e nas políticas públicas de doenças crônicas: relato de experiência em um Programa de Residência". **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 35, n. 2, 2023.

MIRANDA, G. M. D. *et al*. "Phonoaudiologicalcare in the SUS: expanding access and the challenge of over comingine qualities. **Revista CEFAC**, vol. 17, n. 1, 2015.

MOREIRA, M. D.; MOTA, H. B. "Os caminhos da fonoaudiologia no Sistema Único de Saúde – SUS". **Revista CEFAC**, vol. 11, n. 3, 2009.

NAMASIVAYAM-MACDONALD, A.; RIQUELME, L. F. "Speech-Language Pathology Management for Adults With COVID-19 in the Acute Hospital Setting: Initial Recommendations to Guide Clinical Practice. **American Journal of Speech-Language Pathology**, vol. 29, n. 4, 2020.

PAGE, M. J. *et al.* "A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas". **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 31, n. 2, 2022.

PAIM, J. S. "Modelos de atenção à saúde no Brasil". *In:* GIOVANELLA, L. *et al*. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2012.

PAIM, J. S. "Thirty year softhe Unified Health System (SUS)". **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 23, n. 6, 2018.

PENTEADO, R. Z.; SERVILHA, E. A. M. "Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde". **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 16, n. 1, 2004.

PEREIRA, M. M. *et al*. "Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho: atividades desenvolvidas por fonoaudiólogos em Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)". **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 47, 2022.

PIMENTEL, J. O. *et al*. "SUS para todos, para pobres ou para ninguém? A visão de estudantes de educação física". **Revista Contexto e Saúde**, vol. 21, n. 43, 2021.

RECH, R. S. *et al*. Speech-language the rapy of fer and primary health care in Brazil: an analysis based on socioeconomic development. **CoDAS**, vol. 31, n. 1, 2019.

SANTOS, A. L.; MANZANO, M.; KREIN, A. "Heterogeneidade da distribuição dos profissionais de saúde no Brasil e a pandemia Covid-19". **Cadernos do Desenvolvimento**, vol. 16, n. 28, 2021.

SANTOS, P. C. *et al*. "Gastos públicos em serviços ambulatoriais de Fonoaudiologia entre 2009 e 2018: base de dados do DATASUS". **Audiology - Communication Research**, vol. 26, 2021.

SANTOS, R.; ALVES NETO, I.; LIMA, B. P. S. "Public health curricular changes in speech-language-hearing therapist training: Analysis of an undergraduate program in Northeastern Brazil". **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 34, n. 4, 2022.

SILVA, A. P. G.; BARBOSA, C. L.; BONINI-TRENCHE, M. C. "Atuação de fonoaudiólogos em Centros de Convivência e Cooperativa (CECCO): trajetórias e desafios da formação profissional". **Revista Distúrbios da Comunicaçã**o, vol. 32, n. 1, 2020.

SILVA, N. C. *et al*. "Atuação fonoaudiológica no NASF do município de Santa Rita – PB". **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 31, n. 1, 2019.

SILVA, R. P. M. *et al*. "Evolution of the provision of speech therapists in the Brazilian public healthcare system: study on correlations with social indictors in the last decade". **CoDAS**, vol. 33, n. 2, 2021.

SIXEL, T. R. S. *et al*. "The rehabilitation work force in Brazil". **Archives of Public Health**, vol. 82, n. 25, 2024.

SOUZA, L. E. P. F. *et al*. "The current challenges of the fight for a universal right to health in Brazil". **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 24, n. 18, 2019.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. "Integrative review: what is it? How to do it?" **Einstein**, vol. 8, n. 1, 2010.

TELLES, M. W. P.; LOPES, L. M. V. “Quais os possíveis impactos do Previne Brasil para o trabalho e educação da fonoaudiologia na Atenção Primária à Saúde?” **Revista Distúrbios da Comunicação**, vol. 35, n. 1, 2023.

TELLES, M. W. P.; NORO, L. R. A. “A compreensão dos docentes sobre a formação em Saúde Coletiva nos cursos de Fonoaudiologia de universidades públicas do Nordeste brasileiro”. **Interface**, vol. 25, 2021.

TORBES, T. M. M.; SANTOS, M. A. C. B.; TURRA, G. S. “Atuação do fonoaudiólogo na gestão em saúde pública em um estado da região sul do Brasil”. **Revista Saúde em Redes**, vol. 8, n. 3, 2022.

TRICCO, A. C. *et al.* “PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation”. **Annals of International Medicine**, vol. 169, 2018.

VERNIER, L. S. *et al*. “Triagem Auditiva Neonatal: protocolos, obstáculos e perspectivas de fonoaudiólogos no Brasil – 10 anos da Lei Federal Brasileira 12.303/2010”. **CoDAS**, vol. 34, n. 2, 2022.

VIACAVA, F. *et al*. “SUS: supply, access to and use of health services over the last 30 years”. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 23, n. 6, 2018.

VIÉGAS, L. H. T. *et al*. “Fonoaudiologia na Atenção Básica no Brasil: análise da oferta e estimativa do déficit, 2005-2015”. **Revista CEFAC**, vol. 20, n. 3, 2018.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. “The integrative review: updated methodology”. **Journal of Advanced Nursing**, vol. 52, n. 5, 2005.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima